

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARITIMOS E FLUVIAIS, EMPREGADOS TERRESTRES DE EMPRESAS AQUAVIARIAS, AGENCIADORAS MARITIMAS E ATIVIDADES AFINS NO ESTADO DO PARANA - SETTA-PAR, CNPJ n. 79.428.413/0001-21, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). JORGE LUIZ CECCON RIBEIRO;

E

SINDICATO DAS AGENCIAS DE NAVEGAÇÃO MARITIMA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 78.179.884/0001-80, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). ANARGIROS IKONOMOU;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e a data-base da categoria em 01º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados em escritórios das empresas e agências de navegação do Estado do Paraná**, com abrangência territorial em **PR**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Assegura-se a partir da vigência desta Convenção, aos empregados que esteja prestando serviços às agências Marítimas, o seguinte piso salarial, excluindo-se os menores aprendizes na forma da lei:

(I. R\$ 1.355,20 (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

Parágrafo único: Os salários estabelecidos nesta Convenção não excluem e nem modificam a prática salarial das empresas que vinha sendo realizada aos seus empregados, de forma que estes devem ter garantido os reajustes ora estabelecidos, bem como todas as demais praticas das empresas que trazem situações mais benéficas aos trabalhadores.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Em 1º (primeiro) de julho de 2019, os salários serão reajustados em **3,31% (três vírgula trinta e um por cento)**, quitando-se todas as perdas salariais devidas no período 01/07/2018 a 30/06/2019.



Parágrafo Primeiro – Considerando que em relação à data base de 01/07/2018 não houve formalização de Convenção Coletiva de Trabalho entre SETTA-PAR e SINDAPAR, as associadas do SINDAPAR que não tenham realizado o reajuste a época, e somente estas, deverão, retroativamente a 01/07/2017, reajustar os salários de seus empregados também em 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento), quitando-se assim, todas as perdas salariais no período de 01/07/2017 a 30/06/2018.

Parágrafo Segundo – Desse modo, as associadas que tenham reajustado os salários de seus empregados em relação à data base de 01/07/2018, no percentual de 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento), estão, conseqüentemente, liberadas do pagamento desse mesmo reajuste, por já se encontrarem quitadas todas as perdas salariais devidas do período de 01/07/2017 a 30/06/2018.

Parágrafo Terceiro – De outro lado, as associadas que não tenham reajustado os salários de seus empregados em relação a data base de 01/07/2018, no percentual 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento), deverão aplicar este percentual a partir daquela data e até 30/06/2019, **mais** o percentual de 3,31% (três vírgula trinta e um por cento) a partir de 01/07/2019.

Parágrafo quarto – Todas as diferenças previstas nesta Cláusula serão pagas juntamente com o (adiantamento) ou (saldo de salário) do mês de outubro de 2019.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS AUTORIZADOS

As empresas poderão efetuar, mensalmente, dos salários dos seus empregados, além dos descontos permitidos por Lei, os referentes à mensalidade associativa do Sindicato, contribuições à Associação Classista, empréstimos pessoais, seguro de vida, supermercado, farmácia, refeitório, assistência médica e odontológica, vale-transporte, passe de ônibus, lanches, cooperativa de crédito, aluguel e outros benefícios concedidos, de responsabilidade dos empregados e desde que autorizados por estes.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será obrigatório o fornecimento de demonstrativos de pagamentos contendo a identificação das empresas e com a discriminação das importâncias pagas e dos respectivos descontos.

Parágrafo Único - As empresas poderão adotar sistema de auto-serviço, com acesso por meio eletrônico, através de senha pessoal e individual, para a consulta e impressão do demonstrativo, conforme a necessidade e interesse do empregado.

CLÁUSULA SÉTIMA - FECHAMENTO ANTECIPADO DO CARTÃO-PONTO

Com a finalidade de permitir a realização do pagamento dos salários dentro dos prazos legais, ou mesmo antes, quando for o caso, as empresas poderão efetuar o fechamento do cartão-ponto antes do final do

mês.

CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO-UTILIDADE E/OU IN NATURA

O fornecimento de utilidades e benefícios fornecidos pelas empresas, como auxílio-alimentação, sob a forma de refeições, tickets ou vales, habitação, veículo, telefone, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida em grupo, e outros, têm caráter eminentemente indenizatório, não acarretando a sua incorporação aos salários, a teor do art. 458 da CLT.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA NONA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As Agências Marítimas anteciparão 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos empregados que o requererem por ocasião da programação de férias, devendo o saldo de 50% (cinquenta por cento) ser pago no prazo da lei, ou seja, até o dia 20 (vinte) de Dezembro.

Parágrafo Único - A antecipação do 13º salário não se aplica para os empregados que forem gozar férias nos meses de Janeiro e Dezembro.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS

Pela presente Convenção Coletiva de Trabalho ajusta-se a possibilidade da prorrogação da jornada de trabalho, instituindo-se, para tanto e a critério das agências marítimas, o regime de compensação de horas de trabalho, denominado BANCO DE HORAS, na forma do que dispõem os parágrafos 2º e 3º do art.59 da CLT – Consolidação de Leis de Trabalho, respeitadas as seguintes condições:

Paragrafo primeiro - O regime de BANCO DE HORAS poderá abranger todos os empregados de um ou mais setores ou departamentos das agências marítimas associadas ao SINDAPAR.

Paragrafo segundo – As horas trabalhadas em prorrogação de jornada, para fins de compensação no regime de BANCO DE HORAS, não se caracterizam como horas extras, sob elas não incidindo qualquer adicional.

Paragrafo terceiro – Mediante o BANCO DE HORAS, o excesso de horas trabalhadas em um dia, poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, bem como liberação de horas para reposição posterior.

Paragrafo quarto – Em qualquer situação referida no paragrafo 3º, fica estabelecido que:

- a) o regime de BANCO DE HORAS poderá ser aplicado para prorrogação da jornada de trabalho de segunda a sábado, e deverá respeitar o limite máximo diário de 10(dez) horas;
- b) nos cálculos de compensação, cada hora trabalhada em prorrogação de jornada será computada 1(uma)

hora de liberação;

c) a liquidação do BANCO DE HORAS deverá ser efetuada com periodicidade a ser definida segundo critérios da agência marítima, mas não poderá exceder o prazo de 1(um) ano;

d) as horas extras prestadas, mas não compensadas, serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal;

e) as horas extras prestadas em domingos e feriados, mas não compensadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

Paragrafo quinto – Na eventualidade absoluta de necessidade de trabalho nos descansos semanais remunerados e nos feriados, durante o período de aplicação do BANCO DE HORAS, as horas trabalhadas nestes dias serão computadas, no caso de pagamento, na base de 2 (duas) horas para cada hora trabalhada nos descansos semanais remunerados e nos feriados.

Paragrafo sexto - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho por qualquer motivo ou no final do período de 1 (um) ano sem que tenha havido compensação integral das horas de trabalho, será feito o acerto de contas nas verbas rescisórias, ficando certo que, havendo crédito em favor do empregado, este fará jus ao pagamento das horas devidas na forma prevista no paragrafo anterior.

Paragrafo sétimo – Por ocasião da liquidação do BANCO DE HORAS, se a soma das horas efetivamente trabalhadas pelo empregado ultrapassar a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, sem que tenha havido a compensação, a agência marítima deverá:

(i) conceder horas excedentes em dias a mais de gozo de férias ao empregado; ou

(ii) pagar ao empregado, com os devidos adicionais previstos em lei na presente cláusula, as horas apuradas como extraordinárias;

(iii) caso o empregado tenha trabalhado horas a menos do que previsto, o saldo restante no momento da liquidação será migrado para o próximo período de BANCO DE HORAS.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE

As Agências Marítimas terão o prazo até 30/06/2020 para elaborar o LTCAT.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

O empregado dispensado sem justa causa no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial, entendendo-se como tal a data-base de revisão da Convenção Coletiva de Trabalho, terá direito a uma Indenização Adicional equivalente a um salário mensal (Art. 9º da Lei nº 7.238/84).

Parágrafo Único - Esclarece-se que se o Aviso Prévio vencer dentro dos 30 (trinta) dias que antecedem à data-base, caberá pagamento da indenização adicional de que trata esta cláusula. Na hipótese de vencimento do Aviso Prévio ocorrer no mês da data-base (julho), as verbas rescisórias serão calculadas com base nos valores do novo salário, sem o pagamento da indenização adicional.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRÊMIO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE

O Prêmio de Incentivo à Produtividade, estabelecido pela Lei 10.101/2000, e que prevê o P.P.R. (Programa de Participação dos trabalhadores nos Lucros ou Resultados das Empresas), poderá ser objeto de negociação em separado e individualmente com cada Agência Marítima local, através de termo aditivo à presente convenção, contando as empresas com a assessoria e/ou representação do SINDAPAR, caso a solicitem.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão a partir de 01/07/2019 aos seus funcionários à título de auxílio alimentação, vale refeição e/ou similar com valor facial de **R\$ 36,00 (trinta e seis reais)** para cada dia útil de trabalho, considerando aí também os sábados, como resultado de aplicação do reajuste de 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento) relativo ao período de 01/07/2018 a 30/06/2019, sobre o valor unitário de R\$ 34,16 ajustado nos termos do Parágrafo 1º desta Cláusula a partir de 30/06/2017, sendo que poderá ser efetuado o desconto em folha de pagamento de 10% (dez por cento) do valor unitário do vale refeição, obedecendo a legislação estabelecida pelo Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Paragrafo primeiro – Considerando que em relação à data base de 01/07/2018 não houve formalização de Convenção Coletiva de Trabalho entre SETTA-PAR e SINDAPAR, as associadas do SINDAPAR que não tenham realizado o reajuste do vale refeição e/ou alimentação similar a época, e somente estas, deverão, retroativamente a 01/07/2017 e até 30/06/2018, reajustá-lo para o valor facial de R\$ 34,16 (trinta e quatro reais e dezesseis centavos) para cada dia útil de trabalho, considerando ai também os sábados, como resultado da aplicação do reajuste 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento), quitando-se, assim, todas as diferenças devidas a esse título naquele período, sendo que poderá ser efetuado o desconto em folha de pagamento de até 20% (vinte por cento) do valor unitário deste auxílio/vale, obedecendo a legislação estabelecida pelo Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Paragrafo segundo – Desse modo, as associadas que tenham reajustado o auxílio alimentação, vale refeição e/ou similar à época de seus empregados em relação à data base de 01/07/2018, para o valor facial de R\$ 34,16 (trinta e quatro reais e dezesseis centavos), aplicando o percentual de 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento), na forma do Paragrafo 1º desta Cláusula, estão, conseqüentemente, liberadas do pagamento desse mesmo reajuste, por já se encontrarem quitadas todas as diferenças devidas a esse título no período de 01/07/2017 a 30/06/2018.

Paragrafo terceiro – De outro lado, as associadas que não tenham reajustado o auxílio alimentação, vale refeição e/ou similar à época de seus empregados em relação à data base de 01/07/2018, para o valor facial de R\$ 34,16 (trinta e quatro reais e dezesseis centavos), aplicando o percentual de 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento), deverão aplicar este percentual a partir daquela data, **mais** o percentual de 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento) a partir de 01/07/2019.

Paragrafo quarto - O valor do benefício concedido através de vales refeições ou similar, não integrará a remuneração do empregado para qualquer efeito.

Paragrafo quinto – Ficam excluídas da obrigação acima as empresas que fornecem alimentação em refeitório segundo o PAT.

Paragrafo sexto - Devido a data da assinatura da presente Convenção, as diferenças resultantes dos reajustes do vale refeição e/ou similar ora pactuados, serão quitadas juntamente com o (adiantamento) ou (saldo de salário) do mês de outubro de 2019.

Paragrafo sétimo - O Auxílio Alimentação será extensivo aos empregados no período de gozo das férias.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE-TRANSPORTE

Visando preservar as condições oferecidas pela empresa que subsidia, ou venha subsidiar, total ou parcialmente, o transporte dos seus empregados, cuja localização não esteja coberta por linhas regulares de transporte coletivo urbano, nenhuma outra contraprestação poderá ser exigida pelo empregado além daquela estabelecida pela Legislação que instituiu o Vale-Transporte (Leis 7.418/85 e 7.619/87 e Decreto 95.247/87).

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA/AUXÍLIO FUNERAL

As agências concederão aos seus respectivos empregados, Seguro de Vida/Auxílio Funeral, livre de qualquer desconto, não extensivo a familiares o valor de 01 (um) salário contratual auferido pelo empregado falecido.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO CRECHE

As agências marítimas pagarão a suas funcionárias (mães), que tiverem filhos de até 06 (seis) anos, a importância correspondente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais para cada filho, condicionando à opção pelo benefício por escrito e à apresentação dos comprovantes originais dos gastos com a internação em creche ou instituição análoga, de livre escolha das empregadas, estando, desta forma, as empresas dispensadas a firmar convênio com creche.

Parágrafo Primeiro: Será concedido o benefício na forma do "caput" dessa cláusula aos empregados do sexo masculino que sendo viúvos, solteiros e/ ou separados detenham a guarda dos filhos e, comprovem esta condição por escrito junto ao departamento pessoal das agências.

Parágrafo Segundo: Terão direito ao Auxílio Creche estipulado no caput dessa cláusula, apenas os funcionários que tiverem um salário bruto máximo de R\$ 2.710,40 (dois mil setecentos e dez reais e quarenta centavos).

Parágrafo Terceiro: O benefício nesta Cláusula não possui natureza indenizatória, não incorporando ao salário contratual e outros benefícios dos funcionários por ele abrangidos.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

O valor das contribuições efetivamente pagas pela empresa relativa a prêmio de seguro de vida em grupo, devido a todos os empregados na forma do artigo 7º, inciso XXVII, da Constituição Federal, não se incorpora aos salários dos empregados para quaisquer fins, notadamente ao que se refere o Art. 214, XXV, do Decreto 3.048, de 06.05.99, com a redação dada pelo Decreto 3.265, de 29.11.99.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica estabelecido o limite máximo de 90 (noventa) dias para os contratos de experiência, podendo, no entanto, ser desdobrado em período de menor duração, ou seja, 30 (trinta), 45 (quarenta e cinco) ou 60 (sessenta) dias e, nestes casos, poderão ser renovados, porém, nunca ultrapassando o limite máximo estabelecido.

Parágrafo Único - O Contrato de Experiência assinado pelas partes, fica suspenso durante o período em que o empregado ficar afastado do serviço em benefício previdenciário, continuando a fruir o tempo nele previsto, após a cessação do benefício.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUITAÇÕES DE VERBAS RESCISÓRIAS

Na rescisão contratual, ficam as Agências Marítimas obrigadas a proceder ao pagamento dos haveres rescisórios, bem como a dar baixa na Carteira de Trabalho e Previdência Social, no prazo do Artigo 477 da CLT, junto ao SETTA-PAR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA

Nos casos de dispensa por justa causa, a empresa notificará o empregado por escrito, mediante contra recibo, dando seu "CIENTE" devendo a empresa especificar os motivos da dispensa de acordo com os dispositivos do artigo 482 e parágrafo único, da CLT.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SEGURO DESEMPREGO

As Agências Marítimas deverão, no prazo legal, fornecer os formulários de Seguro Desemprego, devidamente preenchidos, ao empregado demitido sem justa causa, sob pena de ser responsabilizado pelo pagamento das quotas do Seguro Desemprego a qual faria jus o ex - empregado.

Parágrafo Único - Na descaracterização da justa causa em Juízo, o pagamento do seguro-desemprego dar-se-á mediante o preenchimento dos requisitos previstos na Lei 7.998/90. O referido pagamento será considerado uma indenização e não gerará nenhum outro reflexo de natureza trabalhista.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - USO DO CORREIO ELETRÔNICO OU INTERNET

As Agências Marítimas informarão a seus funcionários, por escrito, quando de sua contratação, sobre as regras para uso da internet. O mau uso do correio eletrônico ou internet, que são ferramentas destinadas às atividades de trabalho, caracteriza violação às relações internas da empresa, dando ensejo à falta grave autorizadora da despedida por justa causa.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES, EPIS

Na exigência pela empresa do uso de uniformes, calçados especiais, equipamentos de proteção individual e ferramentas essenciais de trabalho fica obrigada a mesma a fornecê-los sem ônus para o empregado. O fornecimento será regulamentado pela empresa quanto ao uso, restrição e devolução no caso de Rescisão de Contrato de Trabalho e transferência de local de trabalho.

Parágrafo Primeiro - O fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPIs), implica na obrigatoriedade do empregado em usá-los e conservá-los, bem como solicitar a substituição dos mesmos, sob pena de caracterizar o descumprimento desta cláusula e das normas de segurança, o que constitui falta grave, passível de advertência por escrito e, na reincidência, em demissão por justa causa.

Parágrafo Segundo - O tempo despendido pelo empregado para a troca de uniforme, assim entendido o tempo necessário para tal fim, no início e no término da jornada de trabalho, não será considerado como à disposição do empregador.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ANOTAÇÕES EM CARTEIRA DE TRABALHO

Será obrigatória a anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados, a função efetivamente exercida pelo empregado, respeitada a nomenclatura ou estrutura dos cargos da empresa, alterações salariais, contribuição sindical, bem como o contrato de experiência e respectivo período de duração, podendo também ser realizada através de controle eletrônico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DEVERES DOS TRABALHADORES

São deveres dos trabalhadores:

- Comparecer ao local de trabalho, bem como cumprir de forma integral a jornada de trabalho;
- Não abandonar o trabalho ou ausentar-se dele sem autorização da Agência Marítima, por escrito;
- Zelar pelo bom uso dos equipamentos, EPI's, instrumentos de trabalho que lhes forem confiados ou carga a ser manipulada;
- Usar, conservar e higienizar o EPI, sendo responsabilidade do trabalhador requerer a troca do seu EPI quando por qualquer alteração se tornar impróprio para o uso;
- Participar dos cursos de formação e aperfeiçoamento profissional se encaminhado pela empresa;

- Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas de seus superiores hierárquicos, quando no trabalho;
- Tratar com respeito e lealdade seus superiores hierárquicos, companheiros de trabalho ou outras pessoas com as quais se relacionem durante o trabalho, as Autoridades Portuárias e as fiscalizações;
- Não andar armado e nem fazer uso de bebida alcoólica ou substância que possa causar dependência física ou psíquica, quando em serviço ou nas instalações da Agência Marítima;
- Acatar as instruções de seus superiores e manter o local de trabalho higienizado, mantendo a disciplina e respeito;
- Cooperar com a autoridade portuária sempre que houver solicitação para este fim;
- Cumprir todas as normas de segurança da Agência Marítima.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DEVERES DAS AGÊNCIAS MARÍTIMAS

São deveres das Agências Marítimas:

- Prestar ao SETTA-PAR, na forma das hipóteses previstas neste instrumento e/ou quando formalmente solicitado, todas as informações necessárias ou convenientes, expressamente, ao desenvolvimento das relações de trabalho;
- Quitar em tempo hábil, na forma da lei e deste instrumento, a remuneração e demais valores devidos aos trabalhadores;
- Fornecer, a cada trabalhador abrangido pelo presente instrumento, os EPI's, bem como substituí-los, quando solicitados, no caso destes se tornarem impróprios para o uso, quando a utilização dos mesmos, for necessária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIREITOS DOS TRABALHADORES

São direitos dos trabalhadores:

- Condições dignas e humanas de trabalho;
- Formação, aperfeiçoamento, ascensão e promoção profissional;
- Recebimento de sua remuneração na forma estabelecida por lei e neste instrumento.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - COMPENSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Nos termos do artigo 59, § 2º, da CLT, com a redação dada pela MP 2164/01, o Sindicato obreiro se compromete a negociar mediante termo aditivo, a compensação e prorrogação de Jornada, de tudo dando ciência aos trabalhadores, desde que demonstrado interesse da empresa em formular ACT específico para

a cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIOS EM FERIADOS

A empresa poderá estabelecer, através de acordo escrito com cada trabalhador, mediante protocolo junto ao SETTA-PAR, que poderá se opor em face de ilegalidade em seus termos, quando o processo de produção assim o permitir, horários de trabalho de modo a compensar dias úteis intercalados com feriados e fins de semana mais prolongados.

Parágrafo Único - Serão mantidos à disposição da fiscalização e do SETTA-PAR os documentos referidos no art. 413 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE SALÁRIOS

A empresa, desde que compense o trabalho aos sábados, parcial ou integralmente, prorrogando a jornada de trabalho nos demais dias, não considerará como extras as horas resultantes dessa prorrogação, se algum feriado recair no sábado, assim como não exigirá que sejam repostas as horas que seriam prorrogadas, quando ocorrer feriado de segunda à sexta-feira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O repouso semanal remunerado será gozado preferencialmente aos domingos.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho do pessoal administrativo, empregados dos escritórios, será o normal de funcionamento, ou seja, cumprindo a jornada legal (44 horas semanais) à exceção do pessoal que trabalha nas operações portuárias que seguirá o horário de funcionamento do porto, bem como a prestação de serviços no cais de uso público, de competência da Administração do Porto e homologados pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. O horário ordinário de trabalho desses trabalhadores obedecerá ao regime estabelecido pelas Agências Marítimas, a seu exclusivo critério e conveniência, respeitadas as previsões constantes na lei e nos respectivos contratos de trabalho dos empregados representados pela SETTA-PAR.

Parágrafo Único - As empresas poderão convencionar livre e diretamente com cada empregado o seu turno de trabalho, podendo ser em horário diurno, noturno ou misto, considerando as necessidades dos serviços desenvolvidos na área portuária, sendo que o convencionado entre as partes deverá ficar registrado em documento aditivo ao contrato de trabalho, mediante protocolo junto ao SETTA-PAR, que poderá se opor em face de ilegalidade em seus termos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO

A empresa poderá adotar sistema eletrônico de controle da jornada de trabalho, nos termos do art. 74, da CLT, e Portaria GM/MTb 1120, de 08.11.95, reconhecendo o empregado a jornada anotada, tacitamente, independentemente de assinatura, se não houver manifestação em contrário, no prazo de 72 horas úteis, após o recebimento do respectivo pagamento pelo empregado.

FALTAS



CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração e do repouso semanal remunerado, nos prazos e condições seguintes:

- 03 (três) dias consecutivos por motivo de casamento;
- 02 (dois) dias consecutivos por motivo de falecimento de cônjuge ou companheira (o), ascendente (pai, mãe), descendente (filhos) ou outros dependentes desde que estes sejam declarados, em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, a viver sob sua dependência econômica;
- 05 (cinco) dias consecutivos por motivo de nascimento de filho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ABONOS DE FALTAS

As faltas ao trabalho serão abonadas pela Empresa:

- Do empregado estudante em dias de provas ou exames obrigatórios, cujos horários coincidam com o horário de trabalho, pré-avisado o empregador com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas e mediante comprovação posterior no mesmo prazo, após a ocorrência;
- À mãe trabalhadora, nos casos de necessidade de acompanhamento de filho até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido, à consulta médica e/ou internação devendo fazer a devida comprovação posterior e, sempre que possível avisar com antecedência a chefia imediata sobre o fato.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS

As Agências Marítimas realizarão obrigatoriamente exames admissionais, demissionais e periódicos em seus empregados, desde que exigidos pela legislação, preferencialmente por médico do trabalho, ficando as despesas correspondentes sob responsabilidade das Agências Marítimas.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Com suporte nas disposições contidas na Portaria nº 3.291, de 20/02/84, (D.O.U. de 21/02/84) os atestados médicos para dispensa de serviço por doença, serão fornecidos ao segurado no âmbito dos serviços previdenciários por médico do INSS, da Empresa, Instituições públicas ou paraestatais e sindicatos, que mantenham contratos e/ou convênios com a previdência social e por odontológicos nos casos específicos em idênticas situações. A Empresa fornecerá obrigatoriamente comprovante de recebimento do atestado aos empregados, e a não entrega do recibo configura-se a aceitação tácita do mesmo.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACESSO AOS LOCAIS DE TRABALHO

É assegurado aos dirigentes que compõem a Diretoria Executiva do SETTA-PAR o acesso aos locais de

trabalho para a distribuição de informes e convites relativos às atividades do SETTA-PAR, mediante autorização prévia da diretoria/gerência da Agência Marítima.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA ENTREGA DAS GUIAS DE FGTS E GPS

Ficam as agências marítimas obrigadas a enviar ao sindicato as Guias de FGTS e GPS das empresas, até o vigésimo dia de cada mês, através da área restrita do site do SETTA-PAR - www.settapar.com.br mediante autenticação do login e senha."

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

Quando o empregado tiver mais de 1 (um) ano de trabalho, a sua rescisão devera ser realizada junto ao SETTA-PAR, o qual devera proceder a conferência e homologação, sendo que a não observância deste artigo por parte da empresa associada ao SINDAPAR acarretará nulidade do ato.

Paragrafo único - A associada devera efetuar a homologação do termo de rescisão do contrato individual de trabalho junto ao SETTA-PAR, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do último dia de trabalho, na forma do art. 477, §6º, da CLT, sob pena de aplicação de multa no valor correspondente a um salario pago ao trabalhador a época da rescisão, o qual se revertera em favor do obreiro. Não será devida tal multa caso a associada comprove que o atraso na homologação ocorreu por culpa do empregado.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL

A partir da vigência deste acordo (01/07/2019), as Agências Marítimas efetuarão recolhimento mensal e retroativo a data base, SEM QUAISQUER ÔNUS PARA OS EMPREGADOS, do valor equivalente a 1% (um por cento) do salário contratual dos empregados abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho, a titulo de contribuição para custeio das atividades sociais e educativas, que deverão ser recolhidos até o décimo dia de cada mês, em Guia específica fornecida pelo SETTA-PAR.

Parágrafo Primeiro – O não recolhimento por culpa da empresa ensejará a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, além de multa aplicada pró-rata e de forma progressiva, no percentual inicialmente fixado de 2% (dois por cento) até 30 (trinta) dias e após esse prazo a cada 30 (trinta) dias acrescenta-se 2% (dois por cento) ao percentual inicialmente fixado.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ADITAMENTO

Sempre que as partes entenderem necessário, será elaborado novo entendimento que, em forma de Termo Aditivo a presente Convenção, será a ela incorporado nos termos e formas ali constantes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - SOLUÇÕES DE DIVERGÊNCIAS

Visando aprimorar as relações de trabalho, havendo divergências entre os acordantes na aplicação de

cláusulas do presente Acordo ou qualquer outro assunto de interesse da categoria, as partes comprometem-se a negociar as discordâncias até no máximo 15 dias de sua ocorrência, antes de propor demandas administrativas e judiciais.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PENALIDADES

Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, em obediência ao disposto no Artigo 613, inciso VII da CLT, fica estipulada multa de 10% (dez por cento) do menor piso salarial, a ser pago pela parte infratora em favor da parte prejudicada.

Parágrafo Único – Sua aplicação só se efetivará após prévia notificação com prazo de 30 (trinta) dias para a sua regularização.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA E REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia e revogação, total ou parcial da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinado aos preceitos do art. 615 da CLT.

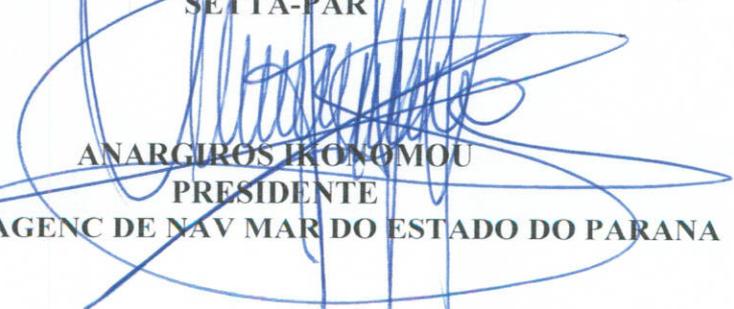
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleita a Justiça do Trabalho de Paranaguá-PR como foro competente para dirimir conflitos oriundos da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

E, por assim terem justo e contratado, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, a fim de que produza os jurídicos e legais efeitos, para atendimento do artigo 614 da CLT.


JORGE LUIZ CECCON RIBEIRO
PRESIDENTE

**SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP MARIT E FLUVIAIS, EMPREG TERRESTRES DE
EMP AQUAVIARIAS, AGENC MARITIMAS E ATIVIDADES AFINS NO EST DO PR -
SETTA-PAR**


ANARGIROS IKONOMOU
PRESIDENTE
SIND DAS AGENC DE NAV MAR DO ESTADO DO PARANA


LUCIANA DE MELO RODRIGUES
0AB1PR.25.235